

## ENTREVISTA



**Coronel PM RR Edson Benedito Rondon Filho**  
**Doutor em Sociologia - UFRGS**

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva  
em 09/11/2018*

## RESUMO BIOGRÁFICO

Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de Violência, Criminalização, Cidadania e Direito com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit e les Institutions Pénales (CESDIP) / França (2013). Mestre em Educação (IE/ UFMT - 2008). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC - UFMT (2008). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC- UFMT (2003). Especialista em Segurança Pública com Ênfase em Desenvolvimento Regional pela APMCV (2015). Bacharel em Ciências Sociais (UFMT - 2010). Bacharel em Direito pela UFMT (2001). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (1994). Formado pelo Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR -1990), Arma de Infantaria, do 44º BIMtz/ Cuiabá - MT.

Pesquisador colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFMT. Docente convidado da Pós-graduação em Direitos Humanos aplicados à Segurança Pública da Universidade Federal de Mato Grosso. Docente de Sociologia Jurídica e Criminologia do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP). Associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e membro do Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania (GPVC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCI) da UFMT. Na Polícia Militar de Mato Grosso exerceu diversas funções, a destacar a Chefia da 1ª Seção, 3ª Seção, 4ª Seção e Relações Públicas do 6º BPM (Cáceres); Comandante da 3ª Cia Destacada / 6º BPM em Mirassol D'Oeste; Comandante da 2ª Cia Destacada / 6º BPM em Pontes e Lacerda; Chefe da Divisão de Feitos Especiais e de Justiça e Disciplina da Corregedoria da PMMT; Assessor Jurídico da PMMT; Comandante da APMCV, Coordenador do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da PMMT, Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMMT. Prêmios e títulos. **2017**- Moção de Aplausos, Câmara Municipal de Cuiabá - Vereador Elizeu Nascimento. **2016** - Amigo do BOPE, Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar de Mato Grosso. **2015** - Moção de Congratulação nº 71/15, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **2015** - Moção de Aplausos, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Deputado Sebastião Rezende. **2015** - Amigo do DTCEA-CY (Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Cuiabá), Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo do Comando da Aeronáutica. **2015** - Medalha Mérito de Ensino Policial Militar, Academia de Polícia Militar Costa Verde. **2015** - Diploma de Amigo da Brigada, 13ª Brigada de Infantaria Motorizada - Brigada Barão de Melgaço. **2015** - Medalha do Mérito "Homens do Mato", Polícia Militar de Mato Grosso - Portaria 513/DGP/PM, de 23/11/2015 - D.O. 26665, p. 21. **2014** - Medalha Guardião do Paiaguás, Casa Militar do Governo do Estado de Mato Grosso. **2011** - Moção de Aplauso, Câmara Municipal de Cuiabá. **2009** - Honra ao Mérito por reconhecimento de trabalho prestado junto à Comunidade, Conselho Comunitário de Segurança - Área Central - Rondonópolis - MT. **2004** - Destaque Policial Militar, Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. **2003** - Medalha "Ramos de

Queiroz" - dedicação aos estudos CAO/PMMT, Polícia Militar de Mato Grosso. **2002** - Profissional Padrão do Trimestre (maio-2002), Corregedoria Geral da PMMT. **2002** - Profissional Padrão do Trimestre (agosto - 2002), Corregedoria Geral da PMMT. **2002** - Medalha Passador Bronze - 10 anos de bons serviços prestados, Polícia Militar de Mato Grosso. **2000** - Moção de Aplauso, Câmara Municipal de Pontes e Lacerda - MT. **1994** - Medalha Mérito Intelectual do Curso de Formação de Oficiais - APMGO, Polícia Militar de Goiás. **1994** - Medalha "Ramos de Queiroz" - dedicação aos estudos, Polícia Militar de Mato Grosso. **1990** - Combatente de Melhor Aptidão Física, 44º Batalhão de Infantaria Motorizado - Exército Brasileiro.

**RHM - Inicialmente, perguntamos: O que levou o Senhor a abordar e desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação stricto sensu com o tema: socialização dos agentes de segurança pública brasileira?**

Encontrar um tema de pesquisa não é tarefa fácil, pois envolve inúmeras variáveis que podem facilitar ou prejudicar o desenrolar dos trabalhos. Primeiro, cumpre esclarecer que meu doutorado foi na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPG), na linha de Violência, Cidadania, Direito e Política, logo a minha proposta deveria estar dentro daquilo que o Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania (GPVC), coordenado pelo meu orientador Dr. José Vicente Tavares dos Santos estava interessado. Falo isso, pois é comum, por parte de mestrados e doutorados, a defesa de autonomia desconectada do grupo ao qual são vinculados. Faço essa afirmação porque em todas as seleções aos programas strictu sensu há uma pergunta fundamental na fase de entrevista, quando se indaga ao candidato sobre a possibilidade de disposição em alterar o tema e mesmo o percurso metodológico de sua dissertação ou tese por interesse e conveniência do grupo de pesquisa ao qual estará subordinado e vinculado. A maioria, na ânsia de entrar nos programas, responde o "sim", mas alguns, após serem selecionados, resistem e muitas vezes, desprovidos de "humildade acadêmica", entram em choque com a linha escolhida, num encapsulamento naquilo que se conhece como "complexo de pseudossuficiência", achando que caminhará de maneira isolada, sem a orientação e a interação necessária. Outros, pelo simples fato do ingresso no PPG, na perspectiva da criatura que devora o criador, resistem e percorrem uma trajetória de construção do trabalho altamente conflituosa, sendo comum desistências e "travamentos" e, muitas

vezes, alianças com grupo rivais e até mesmo a famosa “virada” epistemológica como se pretendessem fazer um “gol contra” na equipe em que está jogando e que o acolheu, em desacerto com o que se exige de ética acadêmica, pois, entendo, ser mais sensato e, até mesmo, coerente a prevalência da hombridade e solicitação de desligamento do programa ou substituição de orientação. Sempre tive muito claro o que queria. Tinha lido todas as obras de meu orientador, antes mesmo de prestar a seleção ao doutorado, e não sei se teria escolhido outro orientador, sempre fui um verdadeiro fã do professor José Vicente Tavares, como sou fã dos Professores Luiz Augusto Passos e Naldson Ramos da Costa, da nossa Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E escolhi a UFRGS porque era lá que se encontrava o curso que eu buscava, com excelentes professores, bom corpo técnico, estrutura adequada e, principalmente, bem avaliado pela CAPES (nota 7). Era a universidade onde eu queria estar e a que escolhi para o meu doutoramento. Logo, com minha aprovação, ficou muito mais fácil trilhar o doutorado, mas tive que mudar a perspectiva de minha tese, uma vez que no momento da seleção apresentei como proposta um estudo sobre modelo de polícia, incluindo os arranjos organizacionais, estatutos e ciclo de polícia, tema que pesquiso desde o início dos anos 2000. Então, meu orientador, ao tomar conhecimento de minha dissertação do mestrado, defendida no Instituto de Educação da UFMT, versando sobre formação policial, e sabendo que no Canadá e na França preparava-se uma pauta sobre socialização policial, perguntou se eu não gostaria de alterar a proposta inicial, deixando claro desde aquele momento, era março de 2010, que eu iria realizar uma parte do doutorado na França, junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP), na Université de Versailles. De imediato aceitei o desafio, afinal partiu de meu orientador que sabiamente adequava minha proposta à proposta do GPVC. E assim meu doutorado foi sendo conduzido para especialização no tema proposto que não se afastou da proposta inicial, uma vez que os arranjos políticos e organizacionais da instituição interferem na forma como se dá a socialização no seu âmbito.

***RHM - Percebemos que a socialização trazida em vossa pesquisa faz viés com a educação, porém em sentido mais contínuo ou como um processo perene de aprendizado, envolvendo aspectos formais e informais, alinhavados com a prática diária. Como se dá esse processo nessa complexidade de informações e faz parte do cotidiano dos agentes de segurança pública brasileira?***

Bom, você não está de todo equivocado, mas existem outros aspectos que não

podem ser desconsiderados na minha tese, como a polícia enquanto profissão, organização e instituição. Então, para responder seu questionamento temos que esclarecer alguns pontos a começar sobre o alcance da palavra “educação” que não pode ser lida em desconexão com as experiências vividas em diversos espaços sociais que requerem uma multiplicidade de papéis, nem sempre congruentes, e que acabam por exigir performances diferentes, gerando ou não conflitos em razão das disposições incorporadas, inclusive na fase primária de socialização e que antecede ao ingresso na instituição policial militar, assim, penso que a palavra mais adequada seja “socialização”, pois que nesta se incluem, inclusive, as disposições incorporadas e advindas de uma “má educação”. De fato, se formos por essa linha temos um sentido contínuo e perene de aprendizado que afasta o fatalismo. O suporte para essa linha de raciocínio se fundamentou na Teoria do Homem Plural de Bernard Lahire que coloca peso no contexto diante das ações exteriorizadas em decorrência do passado incorporado por qualquer agente, não somente ao policial, digo, qualquer um que exteriorize seus atos em dada situação, como exemplo cito o caso de um policial militar que realiza um curso de graduação em universidade particular no período noturno, mas que, também, é fiel de dado segmento religioso e, ainda, é pai. Ou seja, nesse exemplo, a pessoa não é só policial, mas carrega consigo o estatuto militar que exige padrões e comportamentos fundados nos preceitos da hierarquia e disciplina. Quando em sala de aula, passa a ser aluno e isso implica outro padrão de comportamento que pode ser ou não coincidente com os valores da caserna. Já na igreja tem-se outras expectativas de ação ligadas aos preceitos religiosos, enquanto que como pai ele, também, será cobrado pelas expectativas advindas dessa importante função social. A importância de se compreender essas possibilidades de performances, geradoras ou não de conflito, possibilita, inclusive, reconhecer algumas questões que podem ser consideradas “caras” para a corporação, como exemplo as atividades religiosas desenvolvidas no âmbito da polícia militar tidas como caráter obrigatório e de serviço quando a Constituição Federal contempla a liberdade de consciência. Bom, deixe-me esclarecer, muitas vezes esses eventos não são organizados por escalas de serviços, mas são realizadas “convocações” por determinações verbais e aos subordinados são transmitidas as ordens sempre em lembrança de que o comandante vai se fazer

presente no evento. Logo, se o superior hierárquico vai professar sua fé, aos subordinados não é dado o direito de exercer as suas ou mesmo deixar de exercer àquela para qual foi “convocado”. É uma situação complexa, pois que muitas vezes é encarada de maneira natural, quando não o é e se constitui em verdadeira violência simbólica. Essa obrigação aos policiais militares não adeptos à fé do segmento que organiza tais eventos, estabelece conflitos que não podemos dimensionar, mas que podem variar desde a simples apatia ao evento até questões políticas e de recusa, encaradas como indisciplina e passível de corretivo disciplinar pelos empreendedores morais. Se o organizador do evento religioso exige a execução de papéis sem aderência por quem não é adepto àquela perspectiva temos sim um grave problema de socialização, pois que em um espaço que deveria ser laico, afinal a polícia é o “braço armado” do Estado e o Estado é laico, essa imposição de fé passa a ser veio de autoritarismo e possibilidade de arbítrios, inclusive, em desacordo com a Lei Maior que indica liberdade de escolha. Assim, tais práticas autorizam que cada autoridade determine aquele que pode “pregar”, colocando todos os subordinados na condição de “fiéis”, independentemente da liberdade de credo prevista na lei e inerente a cada um deles. São essas pequenas questões às quais não se dão muita importância, mas que refletem no modo de ser do policial militar, que buscamos compreender na tese. Há nesse exemplo uma confusão entre o que é público e o que é privado, negligenciado e naturalizado. Não quero com isso dizer que as pessoas não podem professar sua fé em público, longe disso, podem e devem, até para demarcarem sua opinião e escolha de crença, mas têm que estar claras que a manifestação pode ser pública, mas sua escolha é privada. Não se pode impor no espaço público estatal, sobretudo ante a laicidade do Estado, algo cuja escolha resida no campo da personalidade como é o caso religioso. Ou se for impor, e isto em um Estado Democrático de Direito é inadmissível, como último recurso, que se propicie espaços diversos ou ecumênicos para aqueles que não são adeptos à crença religiosa do segmento organizador do evento. Eu sempre proponho um exercício simples àquele que determina, faça o inverso se colocando no lugar do subordinado que nesse exercício hipotético poderia lhe convocar para um evento religioso de um segmento diferente do seu, mas lembre-se das possibilidades que pode variar do segmento espírita, muçulmano até os cultos africanos. Ou seja, a

questão passa pelo reconhecimento. Poderia elencar outros exemplos, mas penso que este ilustra muito bem o quão é complexa a socialização policial, sem nos esquecermos que essa complexidade permanece quando se passa para outras dimensões, por exemplo, no caso da ação policial e do seu resultado, como bem apontado e explicitado na tese do Cel PM Wilquerson.

**RHM - *Há vários questionamentos de alguns profissionais de outras áreas do conhecimento ou não que insistem em apontar solução, mesmo que descabida ou improvável, ao caos da segurança pública. Tratando o problema como assunto meramente de polícia e pelo viés da formação profissional. Como se fosse tão simples assim! Por sua vasta experiência acadêmica e profissional, como poderíamos diagnosticar e enfrentar esse fenômeno social da violência vivida hoje no Brasil?***

Bom, permita-me alguns apontamentos sobre sua questão. Penso que a dialética faz parte do processo, pois não podemos chegar a um termo comum se não refletirmos sobre a crítica que se tem sobre determinado problema. A polícia e os policiais não podem se autointitular detentores da verdade, assim como os outros profissionais de outras áreas também não. Deve haver um diálogo onde o padrão democrático e de civilidade prevaleçam na tônica desse diálogo, pautado no respeito mútuo. O que custa a receptividade às críticas? O fechamento e a não aceitação só colaboram para que o estado de coisas permaneça como está. Se observarmos a história das técnicas e tecnologias policiais veremos que muitas delas são fundadas no método da tentativa e erro, o que não diminui sua importância. Logo, o descabimento ou improbabilidade de propostas somente poderão ser confirmadas se postas em prática e fracassarem. Temos que filtrar sim e analisar cuidadosamente as críticas que são feitas e as proposições de solução a respeito, e, inclusive, fazer o “mea culpa” quanto ao papel das instituições policiais. Não que a solução do problema passe somente pela polícia e sua formação profissional, mas não podemos descartar essas dimensões do processo de solução dos problemas da segurança pública, pois a análise da polícia em si pode ser uma forma de você compreender a própria sociedade brasileira e sua democracia. Como exemplo, cito o nosso modelo policial que é único no mundo... Corrigindo, único não, mas, se não me engano, existem mais dois países que adotam esse modelo seccionado em inspiração

brasileira, ou seja, temos no nosso sistema de segurança pública uma polícia, a militar, que não interage com o Judiciário e tem que repassar todo o seu trabalho para outra polícia, a judiciária civil, que, neste caso, realizará a interação com o Judiciário. É impensável em qualquer canto do globo terrestre um modelo arranjado tal qual no Brasil, onde se tem uma polícia alijada do contato com o Judiciário. Então, discutir polícia como solução do problema de segurança pública não é algo banal, pois implica em muitas dimensões e arranjos políticos, onde se travam disputas por espaços de poder e forma de relacionamentos com outras instâncias. Faria, inclusive, um adendo que se refere ao controle da polícia, bastando observar a disputa pelas secretarias de segurança dos Estados e, mais recentemente, do Ministério correspondente. É algo tão latente que chega a ser óbvia a importância que a polícia tem para o problema. Então, não tem como desprezar a polícia da questão. No que se refere à questão profissional, é uma crítica que faço em minha tese, justamente para desmistificar a visão de que a formação profissional seria a solução do problema. A formação, assim como a dimensão de responsabilidade da polícia, é apenas mais uma dimensão, entre tantas existentes, desse imbricado mosaico que é a segurança pública. Como disse na minha tese, existem estudos que comprovam que a dimensão ética da ação policial é influenciada muito mais pela socialização primária, aquela que vem antes do ingresso na corporação, do que pela socialização profissional. Não que esta não seja importante, mas existe um mundo vivido antes do ingresso na polícia que não pode ser desprezado, por isso a importância de se ter um processo de seleção com padrões científicos que de fato selecione os mais capacitados para a função. Outra questão, enfatiza-se em demasia o componente estético militar como se essa perspectiva, também, fosse a solução. De que adianta a ênfase na estética militar, quando a parte ética se esvai? Temos alguns exemplos de policiais militares, abstenho-me de citar nomes, que se envolveram em situações graves, com participação de grupos de extermínios e roubos, para citar alguns crimes possíveis, que do ponto de vista estético militar eram “excelentes” militares, bom cumpridores de ordens e regulamentos, “enquadrados”, “Caxias”, mas, ainda sim, criminosos, verdadeiros marginais. Então, a formação profissional não dá conta, deve ser complementada com outros mecanismos de prevenção e controle, como Corregedoria forte, Ministério Público atuante e controle social. É inadmissível que

em pleno século XXI tenhamos violações por parte da polícia de direitos constitucionais consagrados, sejam eles de primeira, segunda ou terceira geração, como diz Thompson. Agora, o diagnóstico da violência não é simples, pois temos inúmeros painéis possíveis para abordagem da questão e para cada painel inúmeras teorias a compreender, como bem esclarecido na obra do francês Philippe Robert. O que lhe digo é que não devemos simplificar, pois a causa pode variar de questões biológicas, micro ou macro sociais a questões culturais com influências da política, religião e costume, até mesmo o clima e a geografia. Não se tem uma receita pronta e acabada. A análise deve ser delimitada no tempo e no espaço, com identificação das variáveis dependentes, independentes e interferentes, e indicadores pertinentes que possam aferir as dimensões social, econômica e ambiental, no mínimo. O que não cabe aqui é o reducionismo. O Enfrentamento passará pelo diagnóstico da situação para, então, se ter em pauta o que se pode fazer, da melhor forma, como, quando, produzindo resultados com uso racional dos meios (efetividade). Mais importante, existe uma dimensão que é desprezada, mas que é fundamental, que é a política. Ela diz muito do que se quer e o que se pode esperar. Quando, por exemplo, se investe em efetivo policial, direcionando os concursos para que o efetivo da polícia investigativa ultrapasse 50% do efetivo da polícia ostensiva, enquanto que o parâmetro mundial é de 13%, indica uma política de repressão, onde a prevenção é relegada a nem sei que plano. Então, a questão não é tão simples, pois tanto o diagnóstico como as propostas de solução passam por recursos metodológicos variáveis a depender de inúmeras circunstâncias e variáveis, localizadas em espaço-tempo definidos. Outra situação, é corrente dizer-se que a criminalidade é advinda de uma escolha racional e que cada um faz o seu destino, sendo a culpa exclusivamente do indivíduo, desprezando-se os fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais da questão. Por outro prisma, é comum, também, desprezar-se as questões individuais e se focar nas causas externas. No jogo dessa balança o que sobra é a dúvida para onde caminharão as políticas públicas. Penso eu que as análises tem que focar nos dois aspectos, caso contrário não teria sentido em se cobrar investimentos em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, como fatores de controle social e prevenção primária. Temos que ter a consciência de que a repressão só atua onde os outros freios e mecanismos de defesa social fracassaram, e

aqui eu englobo a família, a escola, a comunidade, a religião, etc., ou seja, não há uma receita pronta e acabada para sua pergunta.

**RHM** - *No processo de formação profissional das polícias brasileiras ainda há bastante espaço para a “educação bancária” e em não raras vezes, fico esquecido ou relegado a segundo ou terceiro plano a insistência em uma formação humanística e cidadã que possibilite ao policial em formação conhecer a realidade brasileira e a formação da sociedade brasileira. Como a formação policial pode ser mais efetiva ao anseio dessa sociedade com pensamento multifacetado e heterogêneo?*

Permita-me uma indagação: o que seria uma educação bancária? Penso que aí resida uma questão problemática para a nossa formação profissional, pois o que se considera como educação bancária para muitos pesquisadores, na realidade é ensino tecnológico necessário para o bom desempenho da atividade policial. Há uma diferença entre a forma como se concebe o processo de formação policial a depender da linha de análise que se segue. Entendo que a relação estabelecida em aula entre docente e discente diz muito do que se quer, lembrando que muito do conteúdo de ensino previsto para a atuação policial está na dimensão do aprender-fazendo e isso, equivocadamente, passa a ideia de educação bancária. Então, há uma distorção na forma de se analisar essa relação conteúdo/resultado no processo de ensino-aprendizagem. Agora, se esse conteúdo é transmitido sem espaço ou possibilidade de se refletir sobre os porquês de seu sentido ou forma de execução, então abrimos uma brecha para questionamentos de redução do aluno a mero receptáculo de conteúdos, sem reflexão ou dialogicidade, e o resultado acaba por se tornar bancário. O ensino tecnológico é tendência pedagógica com parâmetros e finalidades próprios, por isso o papel fundamental da coordenação pedagógica e da Comissão Própria de Avaliação para acompanhar como está se materializando a execução dos planos de cursos em relação com a didática aplicada pelo docente. Não podemos reduzir a formação profissional do policial militar ao conceito de “educação bancária”, até porque esses conteúdos humanísticos que você mencionou na questão estão presentes na malha curricular e são ensinados por professores civis e vinculados a diversas universidades. Então, nesse raciocínio, talvez, a melhor pergunta a se fazer seria: por que esse conteúdo não é absorvido em reflexão e até mesmo com mudança de comportamento pelo aluno? Para essa questão não temos uma resposta precisa, é

algo complexo que demandaria pesquisa aprofundada que perpassaria desde a socialização primária desses alunos, até mesmo aos arranjos estruturais dos órgãos de formação, a forma de ensinar com os recursos didático-pedagógicos empregados, capacidade dos docentes, estado biopsíquico e interesse do discente quando da aula, o chamado currículo oculto, para mencionar algumas possibilidades. Nessa lógica, são as condições estruturantes e a forma como se desenvolvem as aulas que podem transformar dado conteúdo em formato bancário, pois os “porquês” e os “pra que” devem fazer parte de todo e qualquer ensino realizado no âmbito da formação profissional policial militar. Agora, quanto à formação profissional mais efetiva, penso que a PMMT caminhou muito bem nestas duas últimas décadas, basta você analisar, sem ressentimentos, um jovem tenente formado atualmente em comparação com a formação de minha geração. A geração atual sai muito mais preparada tecnicamente, antenada com os recursos tecnológicos e com a cibernética, além de terem conteúdos muito mais voltados para a atividade policial e cientes dos procedimentos operacionais padrão. Os erros, quando do aspirantado, são perfeitamente possíveis e passíveis de acontecer, não existe perfeição na formação que dê conta da dimensão subjetiva de cada um. O que podemos afirmar é que os instrumentos de acompanhamento e de aferição de desempenho melhoraram sistematicamente, e os aspirantes de hoje são mais monitorados e acompanhados de maneira mais próxima. Desculpe-me, mas não posso fugir do clichê “na minha época”, sob o risco de cair em senso comum, no entanto, essa expressão resume o que quero dizer, antes a formação era muito voltada para conteúdos aplicados mais à defesa de Estado do que para a atividade de polícia em si. O currículo oculto ou paralelo era muito forte, com horário previsto para o descanso sendo subvertido em “ralo”, o que prejudicava diretamente o conteúdo transmitido pelo ensino formal. Infelizmente, há uma corrente saudosista, desconectada da dinâmica social, que afirma que essa era a boa formação, a formação rústica, forjada no “ralo”, onde quem não aguentava pedia para sair. Como disse, há uma confusão entre a estética militar por excelência e a ética militar, onde muitas vezes elas não caminham juntas e acabam por distorcer, inclusive, a missão da polícia, já mencionei os exemplos de “excelentes” militares, esteticamente falando, que se converteram, também, em “excelentes” criminosos, ou seja, penso que a estética militar, quando desconectada

da ética militar, não seja parâmetro de julgamento. E essa ética perpassa por coisas simples que começam na formação, como exemplo, se você tem uma comissão de festa formada para arrecadar fundos para a formação do curso profissional não se deve fugir de sua destinação, até por que essa comissão representa os interesses de dada turma. Se essa comissão é compelida a “colaborar compulsoriamente” com eventos da unidade policial militar não correlacionados a sua finalidade que recado estou passando para esses cadetes ou alunos-soldados? E não adianta o discurso de que a fase de aluno é assim mesmo ou que manda quem pode e obedece quem tem juízo. O problema é mais profundo, pois a mensagem que se passa com essas posturas é que está autorizado, quando se está na função superior e de comandamento, a se valer de recursos muitas vezes até legais, mas imorais, para alcançar objetivos, e isso pode se cristalizar enquanto disposições de ação. Então, antes de se falar em ensino bancário, temos que verificar o que se está transmitindo em todas as ações desencadeadas nos órgãos de formação. De repente o ensino está sendo bancário para dado grupo de disciplinas, mas altamente efetivo para outras questões e até estimulando desvios. Ainda, qual é a nossa missão? É a partir dessa pergunta que se deve planejar e executar o ensino profissional. Os recursos que potencializarão os resultados pretendidos passam, inclusive, por novas estratégias como o estudo situado, laboratórios de práticas policiais, companhias ou batalhões modelos, extensão comunitária, participação em projetos sociais (os alunos como planejadores, executores e avaliadores), ou seja, aproximar ao máximo o ensino da realidade que ele irá encontrar quando se formar. Outra situação, caminhamos para uma especialização exacerbada, onde o profissional passa longo tempo em formação, mas ao sair não pode sequer contribuir como docente na unidade onde serve, devendo realizar outros cursos que exigem mais tempo e mais recursos, inviabilizando as unidades operacionais no que tange às instruções semanais para atualização e nivelamento de conhecimento. Devemos integrar sim ao currículo de formação de oficiais a habilitação de instrutor, e para os sargentos a habilitação de tutor, principalmente, para algumas áreas fundamentais, como trânsito, PROERD e POP. Algumas funções especializadas devem sim exigir uma formação complementar para poder ser instrutor, como é o caso do BOPE e ROTAM, mas aquelas básicas, essenciais, e vinculadas diretamente ao dia-a-dia da polícia devem

ter seu conteúdo integrado no currículo dos cursos de formação, respeitando-se as funções a serem desempenhadas após a conclusão do curso. Tudo que conversamos até agora não pode ser desconectado da realidade social e, sobretudo, em compasso com o ordenamento jurídico vigente, inclusive, as normas internacionais de que o Brasil é signatário. Não podemos nos esquecer da realidade da permanência do indivíduo na instituição, o que conduz naturalmente à perquirição sobre o grau de profissionalismo, uma vez que a rotatividade, conhecida como turnover, faz parte do quadro societal atual e a polícia militar, também, sofre as consequências desse processo. A instituição tem que se adequar a essa realidade onde as pessoas buscam a todo tempo melhorar sua condição social e financeira, então caímos novamente na questão da seleção de ingresso. Como selecionar os mais aptos e comprometidos? Eis uma questão que deixo para os pesquisadores de RH e que muito poderão contribuir para amenizarmos os impactos decorrentes das falhas na seleção.

**RHM - *Em sua visão como acadêmico, pesquisador e policial militar experiente, qual é a importância de uma instituição que valoriza a pesquisa científica e seus resultados, que foge um pouco dos meros dados estatísticos para formular sua política pública de segurança e melhor participação no contexto social brasileiro?***

Bom, penso que essa instituição está melhor preparada para receber críticas e de fato trabalhar para atingir seus objetivos, mas não podemos nos esquecer que a vocação científica nem sempre é atendida pela vocação política. Há um distanciamento da realidade e falta de compreensão quando pensamos que a ciência a tudo resolverá, principalmente quando se trata das áreas de humanas e sociais, pois que as ações concretas, na maioria das vezes, estão no julgamento e no plano da decisão política, com influência de outras variáveis, em destaque a questão da conveniência e oportunidade. O pesquisador tem que entender que pode não ter interferência no julgamento político e seu trabalho pode ficar como referência de alguém que pensou a questão posta, mas longe de ser a solução, inclusive, por não aderência política. Às vezes o remédio é tão amargo que politicamente se torna inviável, preferindo-se deixar a situação como se encontra. Isso não desmerece ou minora o trabalho científico, aliás, faz parte da tomada de decisão esse julgamento das

implicações políticas. Os resultados políticos devem sim ser constantemente avaliados como forma de pressão para mudança de postura e decisões que de fato alterem o quadro do problema enfrentado. Para mim, a principal contribuição da ciência se dá na compreensão de dada realidade e formulações de propostas (respostas) para problemas identificados. Na segurança pública tenho a sensação de que a comunidade científica, e aqui incluo os pesquisadores policiais, fala para as paredes. São velhas questões que recorrentemente vêm se confirmando velhas respostas e sugestões para alteração do quadro, mas que não são adotadas como política ou estratégia de ação por estarem em jogo outras questões, como exemplo a competência e os espaços de poder das instituições policiais, vide o caso do ciclo de polícia brasileiro, ou seja cada qual cuidando do seu quinhão. Nesse jogo quem perde é só a sociedade.

**RHM - Comandante, já na reserva remunerada, é mais fácil enxergar os erros, equívocos e falhas na instituição policial militar? Ou as dificuldades são as mesmas?**

Depende, como pesquisador tenho que ter em mente o que quero compreender. Logo, dependendo do objeto de estudo ser observador de primeira ordem, de dentro da instituição, pode ajudar. Em outras situações pode ser melhor estar na via indireta ou observar de segunda ordem, pois que o afastamento se faz necessário. Penso que as dificuldades permanecem e não necessariamente são as mesmas. Quanto aos erros, equívocos e falhas na instituição policial militar, não podemos, enquanto pesquisadores, nos restringir somente aos aspectos negativos. Devemos buscar, dentro de uma holística, identificar não somente o que se tem de negativo, mas também o que se tem de positivo. Não existe instituição que só tenha negatividade e, muito menos, aquelas que só apresentem ações positivas. É o problema levantado que irá indicar, conforme a metodologia e teoria de fundo para análise, por onde caminharemos, possibilitando extrair pontos positivos e pontos negativos, ou mesmo diacronias e sincronias no compasso tempo-espaço, muitas vezes em comparação com outras instituições ou sistemas.

**RHM - *Deixo um espaço para o Senhor fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas.?***

Olha, desculpe-me a sinceridade, mas os pontos abordados não dão conta da minha tese. Ela é muito mais ampla e, nesse sentido, gostaria de me abster de comentar outros pontos e convidar o leitor desta entrevista para lê-la, até porque o resultado de todo esforço de pesquisa foi a Teoria dos Ilegalismos Policiais Reconsiderada, que demandaria um tempo considerável para sua apresentação e explicação. Ou seja, a tese não se restringe somente à formação policial, aliás, deixo bem explícito que a pretensão foi seguir a lógica Monjardetiana de compreender a polícia enquanto profissão, instituição e organização e como isso influencia a ação policial, destacando-se os atos de ilegalismos, o que centraliza os estudos na socialização policial

**RHM - *Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.***

Deixo aqui meus registros de congratulações pela iniciativa em abrir o espaço da Revista Homens do Mato para que os policiais militares titulados possam se ver reconhecidos, possibilitando que o leitor possa conhecer um pouco de como pensa os pesquisadores policiais militares. São iniciativas como esta que indicam a saída para a crise na Segurança Pública, afinal, nem todo mundo está disposto a receber críticas e muitas delas severas e ácidas. Também, espero que a publicação possa servir de estímulo para que novos policiais possam se tornar pesquisadores e assim contribuir com a corporação e a sociedade.

**RHM - *Muito obrigado pela entrevista.***